http://journal.unoeste.br/index.php/cs/index
DOI: 10.5747/cs.2019.v3.n3.s077
ISSN on-line 2526-7035

Colloquium Socialis

Submetido: 14/08/2019 Revisado: 16/08/2019 Aceito: 19/08/2019

NÃO TÃO INVISÍVEIS: PRÁTICAS ESPACIAIS DE MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA NA PRAÇA DA BANDEIRA DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

Felipe Da Silva Paulino, Bruna Eduarda De Lima Santos, Victor Martins De Aguiar, Yeda Ruiz Maria

Universidade do Oeste Paulista. E-mail: brunaels@hotmail.com

RESUMO
Inicialmente dividida em duas áreas (Oeste e Leste), a cidade de Presidente Prudente-SP se desenvolveu a partir da Estrada de Ferro Sorocabana. Com sua expansão urbana, viu-se a necessidade de suprir a demanda por espaços públicos, sendo então implantado pelo poder público a Praça da Bandeira (1925), ao lado da estação ferroviária (1919). A construção do viaduto Comendador Tannel Abbud (1970) e a implantação do "Camelódromo" (2000) acarretaram a descaracterização e diminuição do uso da praça, consequentemente moradores em situação de rua passaram a ocupar o espaço. Desta forma, o objetivo do trabalho é observar e compreender as dinâmicas e os possíveis conflitos entre o comércio informal e os moradores de rua no uso do espaço. Para tanto, foram necessárias observações diretas na praça a fim de registrar suas práticas espaciais, havendo a interpretação de tais dados através de "mapas mentais". As observações diretas foram complementadas com levantamentos bibliográficos e documentais com o propósito de dar suporte teórico perante os levantamentos realizados *in loco*, ponderando sobre as dinâmicas socioespaciais da Praça da Bandeira, seus ocupantes e como o Poder Público se posiciona dentro dos projetos de intervenção, na ineficiência quanto a inclusão dessas populações presentes dentro do espaço constituído pela praça.
Palavras-chave: práticas espaciais, moradores de rua, comércio informal, Praça da Bandeira, Presidente Prudente - SP.

NOT SO INVISIBLE: SPATIAL PRACTICES OF HOMELESS IN THE PRAISE OF BANDEIRA THE PRESIDENTE PRUDENTE-SP.
SOCIO-SPACIAL CONFLICTS IN PRAÇA DA BANDEIRA

ABSTRACT
Initially divided into two areas (West and East), the city of Presidente Prudente-SP developed from the Sorocabana Railway. With its urban expansion, there was a need to supply the demand for public spaces, and then the public square was established by the Praça da Bandeira (1925), next to the railway station (1919). The construction of the Comendador Tannel Abbud viaduct (1970) and the implementation of the "Camelódromo" (2000) led to the decharacterization and decreased use of the square, consequently people of no fixed address began to occupy the space. Thus, the objective of this paper is to observe and understand the dynamics and possible conflicts between informal commerce and homeless people in the use of space. Therefore, direct observations in the square were necessary in order to record their spatial practices and the interpretation of such data through "mental maps". The targeted observations were complemented by bibliographic and documentary surveys in order to support a series of studies conducted on site, pondering the socio-spatial characteristics of Praça da Bandeira. inefficiency regarding an average of the species present in the space constituted by the square.
Keywords: space practices, homeless, informal commerce, Praça da Bandeira, Presidente Prudente – SP.

INTRODUÇÃO

É dentro do espaço constituído pelas cidades que ocorrem e se embatem as diferenças existentes na sociedade, como resultado tem-se as relações sociais, que acabam por definir as classes sociais. Deste modo, o espaço urbano é um exemplo claro dessa divisão social, que por sua vez, acaba redimensionando a dinâmica no que diz respeito aos aspectos econômicos, populacionais e territoriais caracterizados por relações conflituosas entre as classes sociais (GREGÓRIO, 2002).

Atualmente vive-se um momento pautado nas profundas mudanças no processo de formação das cidades, muito relacionada com a contemporaneidade dos aspectos urbanísticos, que não se distingui apenas aos fatores morfológicos do espaço urbano, mas também nos aspectos socioespacias de práticas de ocupação e vivência, derivados da diferenciação social existente (MARES, 2014).

As apropriações do espaço urbano hoje não mais se restringem apenas aos locais de lazer. No Brasil, as transformações socioeconômicas as quais o país vem passando ao longo dos anos, refletiu não só às mudanças advindas do mercado de trabalho, mas igualmente na estruturação dos espaços urbanos, pois a estagnação dos centros urbanos antes ocupados, sobretudo, pelas classes sociais de poder aquisitivo maior, deu abertura para um novo tipo de comércio: o informal (CLEPS, 2009).

O indicador para medir as taxas do comércio informal foi criado em 2003 pela 17ª Conferência Internacional dos Estaticistas do Trabalho (CIET), onde a partir de então foi percebido, de acordo com as pesquisas, um crescimento significativo do trabalho informal, sendo que a informalidade é entendida como "uma característica histórica do mercado de trabalho brasileiro, sendo, portanto, um importante marcador de desigualdades" (IBGE, 2018, p. 41).

A acentuada expansão urbana no Brasil após a segunda metade do século XX e o crescimento da pobreza interna nacional estritamente relacionada à crise mundial a partir dos anos de 1970 cominaram para o aumento acentuado da população em situação de rua, a partir dos mais variados motivos para a "ida à rua" (SANTOS, 2005). Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2006), como o Alcoolismo (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças familiares (29,1%).

> [...] "os excluídos" povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Mas, o ponto essencial é que que hoje é impossível traçar fronteiras entre essas zonas. Sujeitos integrados tornam-se vulneráveis, particularmente em razão da precarização das relações de trabalho, e as vulnerabilidades oscilam cotidianamente para aquilo que chamamos de "exclusão" (CASTEL, 1997, p.23 apud QUINTÃO, 2012, p. 56).

A Política Nacional para População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009) define a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo, constituído por pessoas que possuem em comum a garantia de sobrevivência, por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, essa população também se caracteriza pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e de áreas degradas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como das unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória (BRASIL, 2006).

Em situação de vulnerabilidade, esta população enfrenta barreiras para a saída das ruas, mesmo com o avanço nas políticas públicas. Devido às diversas barreiras de reinserção a sociedade, estes moradores procuram maneiras de subsistir economicamente, estando ligados diretamente ao comércio informal precarizado: 66,9% exercem algum tipo de atividade remunerada, dos quais, 62,1% vivem da coleta de materiais recicláveis (FIPE, 2010, p. 18-19).

Esta dinâmica econômica e de subsistência pela coleta de materiais recicláveis

está estritamente integrada nas dinâmicas urbanas das cidades, visto que os moradores de rua ocupam estrategicamente as áreas centrais e "são parte de uma lógica de descarte da cidade, dentro do sistema de limpeza" (QUINTÃO, 2012, p. 72). Em paralelo as questões econômicas que tem levado ao crescente número de moradores de rua, o aumento de comerciantes informais se mostrou uma saída para muitos que enfrentam problemas financeiros em períodos de crise.

É importante a admissão quanto ao problema ser crônico e ser uma "utopia pretender, portanto, que políticas públicas possam reintegrar toda a população e impedir que novos moradores de rua surjam nos centros urbanos" (SCHOR, 2010, p.5). Este processo de reconhecimento do tamanho da problemática está na questão de que "existe uma demanda pela ocupação" de espaços públicos por moradores de rua e que "se proponham soluções que respondam a ela" (QUINTÃO, 2012, p. 113).

Distinguir as práticas socioespacias de ocupação do espaço e os aspectos sociais as quais o mesmo é exposto revela-se de grande relevância dentro do ambiente constituído pela cidade, visto que ele comporta os mais variados tipos de pessoas e consequentemente classes sociais, portanto, necessita de parâmetros e diretrizes urbanísticas para que seus espaços sejam utilizados por todos.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo compreender as dinâmicas, os conflitos e as relações entre o comércio informal e os moradores em situação de rua no uso da Praça da Bandeira em Presidente Prudente-SP. Fundada entre as décadas de 1920 e 1930, a partir da necessidade de suprir a falta de espaços públicos, a praça hoje, 2019, abriga e converge diferentes práticas espaciais na utilização do espaço.

2 MÉTODOS

Com relação ao objetivo proposto por este trabalho, conforme aprovado pelo Programa Especial de Iniciação Científica (PEIC), foram levados em consideração os registros históricos da área e as intervenções realizadas pelo poder público na Praça da Bandeira. Também foram realizados levantamentos de campo em diferentes dias e horários da semana, a fim de observar as dinâmicas comportamentais quanto ao uso do espaço entre os moradores de rua, comerciantes e usuários da praça durante o período comercial, pontuando os possíveis conflitos ali existentes (Tabela 01).

Tabela 01. Observações diretas realizadas na Praça da Bandeira, Presidente Prudente-SP.

Levantamentos de campo			
Número da visita	**Data**	**Horário**	**Dia da Semana**
01	20/12/2018	09:00h	Quarta-feira
02	22/12/2018	11:00h	Sábado
03	28/12/2018	14:00h	Sexta-feira
04	28/01/2019	16:30h	Segunda-feira
05	09/02/2019	09:20h	Sábado
06	16/03/2019	11:00h	Sábado
07	19/07/2019	15:00h	Sexta-feira

Fonte: Os autores (2019)

Após os levantamentos das características físicas e dinâmicas sociais da praça, as informações foram registradas através de croquis, setorizando as práticas espaciais realizadas ali e nas proximidades. O registro de croquis permitiu a elaboração de "mapas mentais". Em seguida, diagramas digitais dos "mapas mentais" foram produzidos com o auxílio do *software Illustrator* para melhor compreensão da situação da Praça da Bandeira, anexando fotografias tiradas durante os levantamentos junto aos mapas, possibilitando melhor visualização da situação da área de estudo.

Todas as características espaciais e dinâmicas locais foram sintetizadas na forma de "mapas mentais", conforme propõe Kevin Lynch (1997), devido evidenciar a percepção e a legibilidade dos espaços públicos.

A fim de também destacar as percepções espaciais, foram realizados levantamentos fotográficos da Praça da Bandeira e do baixio do viaduto Comendador Tannel Abbud durante o processo de estudo, nos quais, as fotografias foram editadas, desfocando os rostos dos usuários do espaço, preservando a identidade e mantendo a privacidade dos transeuntes da área. As imagens também foram editadas com o propósito de destacar pontos específicos, considerados importantes durante os levantamentos. As observações diretas da praça foram complementadas com revisão bibliográfica, pesquisas em bancos de teses e dissertações, artigos científicos embasando o aporte teórico sobre: moradores em situação de rua, comércio informal, práticas espaciais e espaços públicos.

3 RESULTADOS

Os resultados estão apresentados de acordo com o processo histórico de concepção da Praça da Bandeira e como ela é vista atualmente dentro do município de Presidente Prudente-SP. Deste modo, há respectivamente, a localização do município; seu desenvolvimento e divisão; a criação da Praça da Bandeira, apontando as construções e apropriações que foram adicionadas no perímetro; e, por fim, os recentes processos de revitalização do espaço pelo Poder Público (2018-2019), destacados através de visitas ao local e dados coletados de reportagens, que buscam identificar como estes impactaram as relações socioespacias entre os moradores de rua e os comerciantes.

3.1 Antecedentes urbanos: Compreensão e reconhecimento da espacialidade

Para discutir as negociações e os conflitos em espaços públicos como na Praça da Bandeira, é necessário relacionar com a estrutura espacial da cidade. Sendo assim, Presidente Prudente (Figura 01), cidade média localizada a 560 km da capital São Paulo, não foge à regra das demais cidades médias paulistas que se constituíram e desenvolveram a partir da implantação da Estrada de Ferro Sorocabana (PEREIRA, 2006).

Figura 01. Localização de Presidente Prudente no Estado de São Paulo.



Fonte: http://www2.fct.unesp.br/simposios/sbg2012/layout/imagens/prudente.png,
Nota: Adaptado pelos autores (2019)

A Estrada de Ferro, porém, não apenas desempenhou um importante papel entre os anos de 1910 quanto à chegada da população rural e do capital econômico nessa região do Estado de São Paulo, como também foi responsável por dividir a cidade de Presidente Prudente em dois núcleos: o lado Oeste, regularmente plano, foi idealizado por um agrônomo e comercializado pelo Coronel Goulart. Nas primeiras décadas, suas terras rapidamente foram vendidas e formaram o quadrilátero central da cidade. Já o lado Leste, a atual Vila Marcondes, teve como principal atrativo nos anúncios de comercialização dos seus lotes a fertilidade do solo íngreme (ABREU, 1972).

Entre as décadas de 1920 e 1930 Presidente Prudente buscava estabelecer relação espacial entre os seus edifícios e suprir a necessidade por espaços públicos (ABREU, 1972). Assim, a partir de 1925 foi implantada a Praça da Bandeira (Figura 02), próximo à divisa entre os dois núcleos iniciais e em um local de ampla circulação devido a Estação Ferroviária. “Desde há muitos anos que as várias administrações municipais solicitavam à direção da ferrovia esta providência sem qualquer resultado. A solução foi a própria Prefeitura construir o logradouro que depois tomou o nome de Praça da Bandeira” (ABREU, 1972, p. 315).

Figura 02. Praça da Bandeira



Fonte: Os autores (2019)
Nota: Arquivo do Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto.

Localizada entre a Avenida Brasil e a linha férrea Sorocabana, a Praça da Bandeira teve durante anos caráter de integração e convívio social para os moradores do município e visitantes. Nos anos de 1950, com o declínio do transporte ferroviário consequentemente houve diminuição no uso da praça e na centralidade que ela representava. Em contrapartida, cresceu o fluxo de automóveis e aumentaram os problemas de mobilidade urbana na cidade (AGOSTINHO, 2009).

A construção do viaduto Comendador Tannel Abbud em 1970 (Figura 03) buscou então melhorar o acesso dos automóveis a Vila Marcondes, porém não houve preocupação do poder público ao contexto local e as consequências da implantação da estrutura viária na paisagem urbana. Diante disso, Hirao (2016, p. 7) pondera que:

> [...] este objeto elevado interferiu nos espaços das praças do lado da Estação, Bandeira, e na da Igreja Anchieta, tornando-se protagonista da paisagem em detrimento dos outros importantes equipamentos e monumentos históricos do entorno. Seu volume desproporcional em relação ao contexto natural e construído descaracterizou o lugar, comprometendo as apropriações socioespaciais e minimizaram as possibilidades de visualizar as referências como a estação ferroviária, a Praça da Bandeira e a igreja da Vila Marcondes.

Figura 03: Construção do viaduto Tannel Abbud na década de 1970.



Fonte: Os autores (2019)
Nota: Arquivo do Museu e Arquivo Histórico Prefeito Antônio Sandoval Netto.

O viaduto sob seu entorno acabou se revelando uma barreira física e visual para a Praça da Bandeira, além de alterar seu desenho inicial (BISPO, 2011). Somado ao viaduto, houve em 2001 a implantação do shopping popular (Camelódromo) o que ainda mais comprometeu no uso da praça como área de lazer.

A implantação do "Camelódromo" se deu a pedido da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Presidente Prudente:

> No ano de 2001, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDECO) da Prefeitura Municipal encaminha o ofício nº 856/01 ao Ministério Público Estadual, pedindo que os vendedores ambulantes que se encontravam no centro da cidade fossem transferidos para a Praça da Bandeira. Segundo as partes requerentes, havia a disponibilidade da área há vários anos, sendo provisória a transferência dos camelôs para aquela área pública, uma vez que outra área seria procurada para permanência definitiva dos mesmos (AGOSTINHO, 2009, p. 46).

Os shoppings populares, denominados pela sociedade como "Camelódromos", assim como é o caso de Presidente Prudente, são empreendimento imobiliários criados, e na maioria das vezes, incentivados pelo poder público a fim de haver certo controle (mesmo que indireto) desta forma de produção econômica informal (CLEPS, 2009). Tal apropriação no espaço urbano acaba revelando como as relações socioeconômicas e culturais interferem na organização social e na vivência do espaço já produzido.

A implantação deste comércio informal foi fortalecida pela Prefeitura Municipal, que investiu em infraestrutura para a permanência dos boxistas, sob a justificativa do baixo uso da praça antes da chegada dos comerciantes e sua descaracterização histórica, sendo prerrogativas para o poder público apresentar inúmeros projetos de revitalização da praça. A última proposta é de 2017:

> Está prevista a demolição dos estabelecimentos situados embaixo do Viaduto Tannel Abbud, que darão lugar à Praça de Alimentação do Camelódromo, como também será derrubado o muro paralelo à linha férrea. Apenas a Junta Militar permanecerá no local (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2017b, p. 2).

A demolição das preexistências no baixio do viaduto para a implantação de novos usos percebe-se não levar em consideração nenhuma dinâmica existente na Praça da Bandeira, não apresentando nenhum tipo de projeto de reinserção dos moradores em situação de rua que vivem ali. Também é perceptível que tais projetos nos últimos anos seguem outra perspectiva de "revitalização da praça" e possivelmente "nascem" da pressão do Ministério Público Estadual (MPE) para a regularização do Camelódromo (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2017a, p. 5).

É ainda mais grave pensar que não há nem mesmo nenhuma citação nos projetos a respeito da presença da população de em situação de rua. Mesmo assim, no segundo semestre de 2018, foi iniciada uma obra de reforma parcial da praça:

> No local, será retirado o alambrado que cerca a praça, para facilitar o acesso a circulação das pessoas pelo espaço. Arbustos, árvores e outros elementos paisagísticos também passarão por adequações, para tornar a praça mais clara e arejada, explicou a Prefeitura (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2018, p. 3).

Após a reforma da praça (Figura 4) que reconfigurou as dinâmicas da localidade, em março de 2019 a Prefeitura de Presidente Prudente notificou os comerciantes ali a respeito da demolição dos estabelecimentos implantados sob o viaduto Tannel Abbud, com o objetivo, de colocar em prática o projeto de revitalização da área, reconectando a área central a Zona Leste, onde "30 comerciantes da área terão de deixar os boxes", já que estes comerciantes não estão devidamente regulamentados de acordo com o decreto de 2004 (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019a, p. 4).

Figura 04. Reforma da Praça da Bandeira em andamento em novembro de 2018.



Fonte: Os autores (2018)

Com relação às benfeitorias realizadas, em 2018, houve melhorias e reparos significativos na praça em relação à infraestrutura: pavimentação nova e instalação de mobiliários urbanos (bancos, lixeiras e parquinho para as crianças). Alguns equipamentos para melhorar a acessibilidade também foram adicionados: rampas de ligação e passagem de um espaço para outro, corrimões e sinalização tátil na paginação do piso (figura 05 e 06).

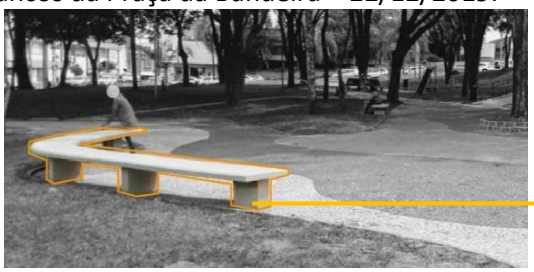
Figura 05: Requalificação da paginação do piso da Praça da Bandeira – 22/12/2019.



Nas rampas foram adicionadas corrimões e pisos táteis de sinalização no início e fim, assim como, nos locais onde possuem curvas.

Fonte: Os autores (2018)

Figura 06: Requalificação dos bancos da Praça da Bandeira – 22/12/2019.



Os bancos foram dispostos de maneira a "contornar" o desenho e traçado que a área pavimentada possui. Porém, são bancos feitos com concreto que consequente absorve mais calor, sendo que os mesmos não possuem encosto.

Fonte: Os autores (2018)

Anteriormente a notificação de março, cerca de 34 comerciantes em fevereiro de 2019 foram intimidados a deixar o local e apenas um acatou, mostrando que o projeto enfrentou resistência e adiamento de prazos por parte dos comerciantes e da própria Prefeitura. Tal fato possivelmente decorre em razão dos boxistas dependerem financeiramente da renda do comércio na Praça da Bandeira, visto que o local é um ponto de circulação de pessoas (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019b, p. 4).

A retirada destes comerciantes "causariam problemas sociais" para as famílias que dependem financeiramente do Camelódromo, argumenta Pedro Anderson da Silva, procurador do município no pedido de

suspensão da retirada dos boxes que excedem ao número de 240, feito à Justiça, em entrevista ao G1. Atitudes similares impostas pelo poder público mostra o despreparo quanto a lidar com projetos que afetam diretamente a população, descartando ou tirando de cena a população mais fragilizada (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019b, p. 3):

> Como parte do projeto de revitalizar a região central e reconectá-la à zona leste, os imóveis construídos sob o viaduto Comendador Tannel Abbud, em Presidente Prudente, serão demolidos, permitindo a unificação de ambos os lados da linha férrea. No local, será instalada uma espécie de praça de alimentação, para onde serão remanejados os boxistas do Camelódromo que trabalham com gêneros alimentícios (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019a, p. 3).

Após a demolição das construções embaixo do viaduto e remoção dos boxistas (Figura 7), em junho de 2019 a justiça mandou suspender a liminar:

> A ordem de desocupação dos boxes atendia a uma determinação da própria Justiça que, entre outras exigências, obrigou o município a reduzir o número de boxistas instalados no Shopping Popular para 240, conforme previsto no decreto 16.462/2004, de autoria do próprio Poder Executivo (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019b, p. 3).

Figura 07 – Demolição das construções embaixo do viaduto Tannel Abbud em 2019.



Fonte: Os autores (2018)

A decisão foi proferida após o Ministério Público Estadual (MPE) apontar possíveis irregularidades no cadastramento dos boxistas, solicitando esclarecimento sobre o processo adotado pela Prefeitura. A juíza Cibele Carrasco Rainho Novo, após a suspensão da ação do poder público, determinou o prazo de "20 dias para que a Prefeitura de Presidente Prudente esclareça os questionamentos proferidos pelo MPE", nos quais pontua que as informações passadas não espelham a realidade dos comerciantes do local (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019c, p. 4).

Menos de um mês da decisão judicial em suspender a retirada dos boxistas, a Prefeitura Municipal deu parecer favorável à empresa Spall Engenharia para a realização das obras envolvendo o Camelódromo:

> Com proposta de R$ 2.956.042,05, a construtora ficou à frente de outras seis concorrentes, que sugeriram valores mais elevados para a empreitada. A abertura dos envelopes com as propostas financeiras ocorreu na tarde desta quinta-feira (18), no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura (G1 PRESIDENTE

PRUDENTE, 2019d, p. 6).

A documentação ainda deve passar pela "Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (SOSP)", que após emitir o parecer favorável será oficializado o vencedor pelo poder público (G1 PRESIDENTE PRUDENTE, 2019d, p. 3). Em nenhum momento, durante as reportagens ou até mesmo nas declarações públicas, a Prefeitura deu esclarecimentos sobre os moradores em situação de rua na área do Camelódromo.

Esta situação demonstra que os projetos urbanos e reformas similares a da Praça da Bandeira, que não levam em conta nenhum tipo de atividade ali exercida, são apenas pautados na mudança da imagem do espaço público, funcionando como "City Marketing" (VARGAS, 2003, p. 08). A expulsão dos moradores de rua acaba sendo inevitável nestes projetos, já que costumam serem vistos como deturpadores do território. Ao serem expulsos, tais moradores se veem na obrigatoriedade de circular e constantemente migrar de um local para outro, enquanto, o poder público "nega" a existência dessa população.

4 DISCUSSÃO

4.1 Relações Socioespaciais levantadas em visitas *in loco* na Praça da Bandeira

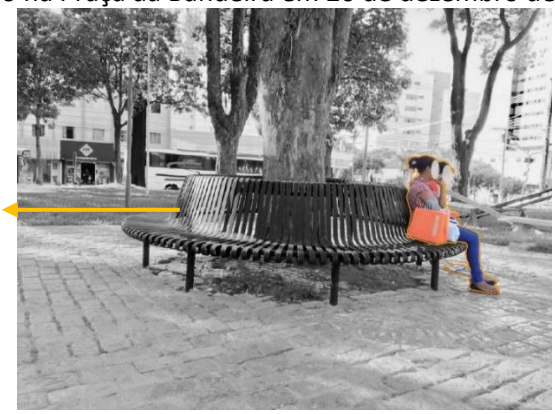
A Praça da Bandeira desde sua fundação (1925), possui o uso de encontro e lazer para a população. A reforma e revitalização da área realizada pelo poder público em novembro de 2018 trouxe, de certa forma, maior visibilidade ao local e buscou retomar a representatividade histórica que a praça possui na cidade.

A primeira visita de campo à Praça da Bandeira foi realizada no dia **20 de dezembro de 2018**, por volta das **9:00h**. Ao acessar o local, através da Avenida Brasil, a primeira percepção obtida foi quanto à concentração das pessoas em pontos específicos (Camelódromo, área central da Praça e bancos espalhados pela mesma); os usuários, na maioria das vezes, estavam sentados nos bancos. A idade dos usuários não variava muito, havia um grande número de pessoas de meia-idade e quando foram vistas crianças, estavam acompanhadas dos pais ou responsáveis.

O predomínio de homens na praça era maior do que o de mulheres, possivelmente trabalhadores do Camelódromo ou do comércio central. Quanto ao uso da praça como local de espera, é comum a utilização da área central, onde há bancos, configurando o espaço para transição e permanência temporária (Figura 08).

Figura 08. Uso do mobiliário pela população na Praça da Bandeira em 20 de dezembro de 2018.

Uso do espaço público e do mobiliário pela população enquanto espera o tempo passar, outras pessoas ou alguma coisa.



Fonte: Os autores (2018)

A escolha deste espaço para espera se justifica e se revela estratégico, já que a área é aberta, dando aos usuários um amplo campo de visão, e está próxima de dois pontos importantes do seu entorno: a Rua Júlio Tiezzi (trajeto usado pelos moradores da Vila Marcondes como meio de cortar caminho) e o Centro. Dessa forma, a Praça da Bandeira acaba se constituindo uma passagem para os moradores locais, como demonstra o mapa da Figura 09.

Figura 09. Mapa do fluxo de pessoas na Praça da Bandeira.



Situação Sem Escala

Fonte: Google Maps, 2019
Nota: Adaptada pelos autores (2019)

Com a reforma promovida pela Prefeitura em 2018, houve a retirada do alambrado que circundava a praça, dando a ela em algumas áreas caráter de permanência a partir da instalação de bancos, principalmente na parte central (Figura 10), e de passagem com novos caminhos implantados. Alguns brinquedos foram instalados e pode-se visualizar usos pontuais em alguns momentos. Nesse dia da visita não foi encontrado nenhum morador de rua no local, porém seus pertences continuavam presentes nos mesmos locais embaixo do viaduto.

Antigo caminho criado pelos usuários do espaço

Figura 10. Principais mudanças realizadas pela Prefeitura Municipal de Presidente Prudente na Praça da Bandeira.



Caminho construído pela Prefeitura.

Situação Sem Escala

Fonte: Google Maps, 2019
Nota: Adaptada pelos autores (2019)

Na área de embaixo do viaduto comendador Tannel Abbud, de frente para a praça, houve a ampliação da área cercada durante a reforma de 2018, o que diminuiu o acesso que havia ali antes. Esta área era ocupada por moradores de rua e após a intervenção pública quase não foram mais vistos no local. Nas áreas próximas ao Camelódromo é comum encontrar objetos e pertences dos moradores. Apesar da grande movimentação no local, também no dia da visita não foi visto nenhum comerciante ou passante mexendo nos pertences.

Ao atravessar a linha férrea, é notório que na área da Vila Marcondes, principalmente na Praça Nossa Senhora Aparecida, o número de moradores de rua é maior, sobretudo homens. Situação que possivelmente se intensificou após a reforma da Praça da Bandeira, já que estes se viram acuados e expostos às medidas adotadas pelo poder público. Foi visto durante a visita na área uma senhora de meia idade embaixo do viaduto cuidando dos seus pertences.

Os pertences de moradores de rua na área da Vila Marcondes também eram em maior número (Figura 11), sendo encontrados colchões, cobertores e caixas de papelão que provavelmente continham pertences pessoais, apresentando certo nível de organização dos objetos por parte dos ocupantes. Não havia indícios de dejetos ou cheiros fortes ali. Em outro momento foi constatado na visita um morador dormindo enquanto uma mulher circundava a área, aparentando cuidando dos pertences.

Figura 11. Pertences dos moradores de rua embaixo do viaduto em 20 de dezembro de 2018.



Fonte: Os autores (2018)

As festas de final de ano tendem a movimentar o Centro de Presidente Prudente, atraindo pessoas não só da cidade como também de toda região do Oeste Paulista, por essa razão, na segunda visita de campo (**22 de dezembro de 2018** por volta das **11:00h**), havia um grande fluxo nas mediações da Praça da Bandeira. Tal fato, decorre em razão do Camelódromo, que por ser um local de compras populares e reunir diferentes pessoas acabar se constituindo uma centralidade, porém pode-se observar que não eram proporcionais o número e o fluxo de pessoas entre o Camelódromo e a Praça (Figura 12 e 13).

As pessoas que ocupavam o espaço entre os boxes do Camelódromo variavam entre homens e mulheres, predominantemente acima dos 20 anos de idade, onde os mesmos estavam em sua maioria, procurando produtos ou permaneciam nos comércios de produtos alimentícios com locais para se sentar. Enquanto no Camelódromo havia uma média de 80 pessoas, na área remanescente da Praça da Bandeira, apenas havia dois homens sentados nos bancos, sendo que o movimento ali se restringia a passagem.

Figura 12. Movimentação de pessoas no Camelódromo em 22 de dezembro de 2018.



Destaque para o fato das pessoas permanecerem mais nesse local, devido a presença de outras pessoas, formando aglomerações.

Fonte: Os autores (2018)

Figura 13: Movimentação de pessoas na área remanescente da Praça da Bandeira em 22 de dezembro de 2018.



Fonte: Os autores (2018)

Na visita de campo foi perceptível como o apelo comercial do Camelódromo compromete a permanência na Praça da Bandeira. A procura por produtos e a movimentação no comércio gera alguns locais de permanência sem contribuir para a integração dos espaços, já que esta área é distante da Praça da Bandeira, contudo acabam reforçando a sensação de familiaridade pela presença das pessoas nas mais variadas idades e gêneros. Tal sensação permite que, junto às áreas de alimentação, as pessoas permaneçam mais tempo no espaço.

Uma questão que não se alterou na reforma de 2018 foi à separação social existente na praça mesmo com o investimento público. No dia da visita embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud havia moradores de rua (predominantemente homens), roupas, colchões e caixas de papelão. A separação social acaba demarcando ali o local de cada um, portanto, há poucos indícios de proximidade e relação entre os moradores de rua e os comerciantes informais (Figura 14).

Figura 14. Abrigo dos moradores de rua na Praça da Bandeira em 22 de dezembro de 2018.

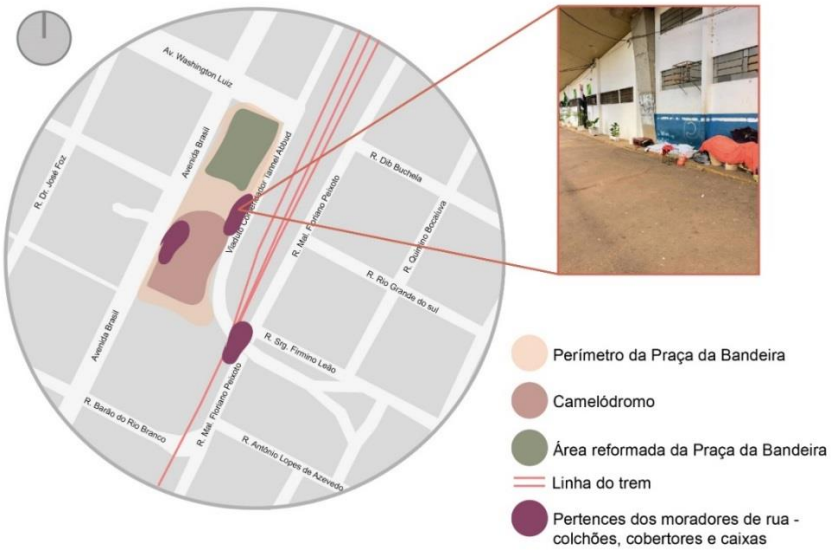


Fonte: Os autores (2018)

O primeiro contato com a área na visita do dia **28 de janeiro de 2019** se deu pela Praça da Bandeira em horário comercial, por volta das **16:30h**, e a percepção que se teve foi o baixo uso do local onde apenas algumas pessoas caminhavam.

Foram observados poucos moradores de rua do sexo masculino no perímetro mais movimentado da praça, situação semelhante das outras visitas, e novamente notou-se a apatia dos comerciantes informais e passantes em relação a este grupo a partir do distanciamento ao caminhar ali. As pessoas que transitavam na praça alteravam seus trajetos a fim de evitar o contato com os moradores. Outra situação que se repetiu foi quanto aos pertences destes em meio ao Camelódromo e áreas mais afastadas, apesar da organização ser distinta (Figura 15).

Figura 15. Locais com objetos de moradores de rua espalhados dentro do perímetro estudado.



Situação sem escala.

Fonte: Google Maps, 2019
Nota: Adaptada pelos autores (2019)

Do outro lado do viaduto Comendador Tannel Abbud, na área que dá acesso a Vila Marcondes, a situação anteriormente vista se repetiu, pertences estavam dispostos no pilar: colchões, cobertores e caixas de papelão. Além disso, a moradora encontrada em outras visitas, estava próxima a estes e parecia cuidar dos pertences dos demais moradores de rua da área.

Apesar do fluxo embaixo do viaduto de passantes e do comércio informal próximo aos pertences, ninguém mexeu nestes, tratando a situação com certa apatia. Nas visitas de campo pode-se constatar que os objetos permaneciam intactos mesmo sem a presença dos moradores e que as pessoas ao passarem ali não tinham a intenção de mexer ou retirar algo.

O mês de fevereiro de 2019 para os comerciantes do Camelódromo conforme já destacado foi pautado por diversos embates judiciais em razão da notificação da Prefeitura solicitando a retirada dos boxes, entretanto, como não houve proposta de realocação dos mesmos em outra área, a circulação e venda de produtos continuou na Praça da Bandeira.

A chegada à praça para outra visita de campo no dia **09 de fevereiro de 2019**, por volta de **9:20h**, se deu pela Avenida Washington Luís sentido Avenida Brasil. A movimentação de pessoas no local era baixa, porém foi observado moradores de rua ainda deitados, em sua maioria homens de meia-idade, sob seus pertences embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud (Figura 16). Alguns comerciantes abriam os boxes e organizavam os produtos, enquanto os moradores de rua continuavam deitados bem próximos, onde a impressão que se teve foi de uma situação corriqueira, uma vez que estes pareciam não se importar com a presença dos moradores.

Figura 16. Apropriação dos moradores de rua embaixo do viaduto em 09 de fevereiro de 2019.



Situação sem escala.
Fonte: Google Maps, 2019
Nota: Adaptada pelos autores (2019)

Ao caminhar em direção à Rua Marechal Floriano Peixoto, debaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud, constatou-se outra forma de apropriação dos moradores de rua. Além de barracas de *camping* e a falta de colchões, seus pertences estavam organizados e não mais empilhados, sendo que não havia moradores próximos. Também faziam o uso da grade em volta do viaduto como "varal" para a secagem de roupas masculinas e femininas.

A visita de campo realizada no dia **16 de março de 2019** ocorreu por volta de **10:30h**, a partir da entrada principal do Camelódromo, Avenida Brasil, área com intensa movimentação de pessoas (comerciantes e compradores) durante os dias da semana. Os usuários do local principalmente eram mulheres no momento e suas idades variavam entre 25 a 50 anos (Figura 17).

Figura 17. Permanência dos boxistas e a movimentação no Camelódromo no dia 16 de março de 2019.



Situação sem escala.

F Fonte: Google Maps, 2019
Nota: Adaptada pelos autores (2019)

Com o processo de demolição das construções embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud orientado pelo poder público, todo o perímetro da Praça da Bandeira passou por mudanças consideráveis, tanto no âmbito físico quanto comportamental dos usuários. Tais questões foram perceptíveis na visita de campo realizada no dia **19 de julho de 2019** por volta das **15:00h**. Na área onde moradores de rua sempre foram vistos ou seus pertences não havia mais ninguém.

Com a demolição das construções embaixo do viaduto, a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente instalou boxes provisórios possivelmente para a realização de feiras. No dia da visita os boxes não estavam em uso (Figura 18).

Figura 18. Desocupação da área embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud em 19 de julho de 2019.



Fonte: Os autores (2019)

Na área da Praça da Bandeira havia crianças usando os brinquedos, fato possivelmente relacionado ao período de férias escolares. Os adultos, em minoria, não passavam de quatro, todos com faixa etária de meia idade, sendo duas mulheres, que aparentemente olhavam as crianças brincando enquanto permaneciam nos bancos da praça (Figura 19).

Figura 19. Uso da Praça da Bandeira por crianças em 19 de julho de 2019.



Fonte: Os autores (2019)

Do outro lado do viaduto Comendador Tannel Abbud, após a linha férrea, mudanças também foram percebidas em relação à organização dos pertences, onde boa parte estava amontoada e outra moradora de rua, que não era a mesma de outras visitas, cuidava dos objetos (Figura 20).

Figura 20. Pertences dos moradores de rua espalhados embaixo do viaduto Tannel Abbud.



Situação sem escala.

Fonte: Google Maps, 2019
Nota: Adaptada pelos autores (2019)

Durante a visita de campo também foi constatado um maior número de moradores de rua e dependentes químicos na linha férrea, principalmente homens. A situação se revela propícia por conta dos muros que cercam a linha férrea, porém estigma ainda mais um espaço abandonado da cidade (Figura 21).

Figura 21. Moradores de rua na linha férrea de Presidente Prudente em 19 de julho de 2019.



Fonte: Os autores (2019)

É evidente que as recentes intervenções realizadas na Praça da Bandeira acabaram intensificando e direcionando a ocupação dos moradores de rua para a porção Leste da cidade, especialmente na área da Praça Nossa Senhora Aparecida e embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud. As intervenções, então, por serem imediatistas violam direitos sociais com o único intuito de "revitalizar a paisagem degradada" e não contemplam as dinâmicas e contradições das práticas espaciais do espaço.

5. CONCLUSÃO

Durante o processo de estudo e análise da Praça da Bandeira pode-se perceber que o poder público do município meramente visou à revitalização parcial do espaço, buscando implantar equipamentos públicos na praça como: bancos, lixeiras e brinquedos. Em nenhum momento houve consideração quanto às apropriações e ocupações humanas já existentes, seja pelo motivo das notificações de desocupação dos boxes do Camelódromo ou da demolição das construções embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud, que impactou a permanência dos moradores em situação de rua nas proximidades.

Dentro do período das visitas de campo ficou evidente a divisão da área por ambas apropriações, apesar de ser claramente visível, ainda há barreiras tanto sociais quanto econômicas no que diz respeito à permanência do local. Com o início das obras de revitalização embaixo do viaduto Comendador Tannel Abbud, os moradores de rua tiveram que redirecionar sua ocupação para a Praça Nossa Senhora Aparecida de maneira instantânea, sem nenhum apoio ou menção do poder público. Ao que tange os comerciantes que fazem uso dos boxes que constituem o Camelódromo, continuam no local mesmo com notificações judiciais de desocupação, já que a Prefeitura não apresentou nenhum tipo de aporte concreto a estes comerciantes, de modo que a comercialização dos produtos ocorre normalmente até haver um parecer oficial da Prefeitura.

Portanto, é conclusivo que há um conflito nas relações entre os comerciantes e os moradores de rua, que indiretamente disputam entre si pelo seu direito de possuir um espaço de permanência dentro do perímetro da Praça da Bandeira, que acaba por abrigar muito mais que um espaço de lazer. O poder público de Presidente Prudente - SP, dentro do seu planejamento urbano não fornece subsídios sociais para o uso do local, pois apenas visando revitalizar a paisagem, acaba inferindo as relações socioespacias dos comerciantes informais e dos moradores em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. S. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista:** Presidente Prudente. Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Presidente Prudente, 1972.

AGOSTINHO, M. V. V. **Reabilitação da área central de Presidente Prudente:** interligando a Praça da Bandeira ao seu entorno. 2009. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BISPO, T. M. S. **As Praças Centrais de Presidente Prudente-SP:** avaliação do caráter como subsídio para intervenções projetuais. 2011. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua**. Brasília, DF: SAGI, SNAS, 2006.

CLEPS, G. D. Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). **Sociedade & Natureza,** Uberlândia, v.. 21, n. 3, 2009, p. 327-339. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1982-45132009000300008

FIPE. Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas. Principais **resultados do perfil socioeconômico da população de moradores de rua da área central da cidade e São Paulo, 2010.** São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/3_1275334714.pdf Acesso em: 28 jul. 2019.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Comissão criada para a regularização do Camelódromo ganha mais 15 dias para concluir os trabalhos**. 2017a. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/comissao-criada-para-a-regularizacao-do-camelodromo-ganha-mais-15-dias-para-concluir-os-trabalhos.ghtml. Acesso em: 18 jul. 2019.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Reformulação do Camelódromo faz parte de projeto com obras orçadas em R$ 20 milhões para o Centro de Presidente Prudente**. 2017b. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/projeto-de-reformulacao-do-camelodromo-de-presidente-prudente-

contempla-obras-orcadas-em-r-20-milhoes.ghtml. Acesso em: 18 jul. 2018.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Prefeitura realiza reforma na Praça da Bandeira, mas obras não têm relação com modernização do Camelódromo**. 2018. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2018/09/06/prefeitura-realiza-reforma-na-praca-da-bandeira-mas-obras-nao-tem-relacao-com-modernizacao-do-camelodromo.ghtml. Acesso em: 18 jul. 2018.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Imóveis sob viaduto serão demolidos para reforma do Camelódromo**. 2019a. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/03/07/imoveis-sob-viaduto-serao-demolidos-para-reforma-do-camelodromo.ghtml. Acesso em: 18 jul. 2019.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Justiça concede prazo de mais 30 dias para a saída de boxistas do Camelódromo de Presidente Prudente.** 2019b. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/03/19/justica-concede-prazo-de-mais-30-dias-para-a-saida-de-boxistas-do-camelodromo-de-presidente-prudente.ghtml. Acesso em: 17 jul. 2019.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Justiça suspende remoção de boxistas do Camelódromo após MPE apontar possíveis irregularidades.** 2019c. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/06/25/justica-suspende-remocao-de-boxistas-do-camelodromo-apos-mpe-apontar-possiveis-irregularidades.ghtml. Acesso em: 18 jul. 2019.

G1 PRESIDENTE PRUDENTE. **Construtora de São Paulo apresenta menor proposta para as obras de revitalização do Camelódromo.** 2019d. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/07/18/construtora-de-sao-paulo-apresenta-menor-proposta-para-as-obras-de-revitalizacao-do-camelodromo.ghtml. Acesso em: 18 jul. 2019.

GREGÓRIO, D. A. G. **Camelôs, Camelódromo e Informalidade:** um estudo sobre o trabalho informal no comércio de Presidente Prudente, 2002. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) - Faculdades Integradas "ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO" Presidente Prudente-SP. 2002.

HIRAO, H. **Paisagem Histórica de Presidente Prudente (Vila Goulart e Vila Marcondes):** cenário e atmosfera na cidade atual. *In:* COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL PATRIMÔNIO E PROJETO, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2016, p.1-15.

IBGE. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2018. **Estudos e Pesquisas:** Informação Demográfica e Socioeconômica, n.39. Rio de Janeiro, 2018.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEREIRA, S. R. **Expansão e estruturação interna do espaço urbano em Presidente Prudente-SP.** Formação (Online), Presidente Prudente, v. 1, n. 9, 2006, p. 55-72.

QUINTÃO, P. R. **Morar na rua:** há projeto possível? São Paulo, 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, 2012, p. 52 – 85.

MARES, R. M. **Lazer, por que não? Práticas espaciais de apropriação do urbano.** 17f. Fragmento da dissertação intitulada "A produção do espaço urbano em Vitória da Conquista/BA: lógicas e práticas espaciais do lazer". Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Bolsista CNPq. 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira.** 3ª Edição. Edusp, 2005.

SCHOR, S. É utopia pretender impedir que surjam moradores de rua. **Jornal O estado de São Paulo**, São Paulo, 01 jun. 2010. Caderno Cidades / Metrópole, p. C5. Disponível em: https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,e-utopia-

pretender-impedir-que-surjam-moradores-de-rua-imp-,559677. Acesso em: 27 jul. 2019.

VARGAS, H. C. Da arquitetura corporativa à cidade corporativa. In: SIMPÓSIO A CIDADE NAS AMÉRICAS, PERSPECTIVAS DA FORMA URBANÍSTICA NO SÉC. XXI, 51, 2003, Santiago. Anais... Santiago: Universidade do Chile, 2003.